



O Núcleo de Prática Jurídica como instrumento da efetivação dos Direitos Fundamentais

Ingrid WASEM¹
Me. Jonathan de LEMOS²
Universidade FEEVALE

Introdução

O presente trabalho intenta analisar a viabilidade do acesso à justiça pela comunidade carente de Novo Hamburgo com o auxílio do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) do curso de Direito da Universidade FEEVALE, assim como visa avaliar a capacidade do mesmo como instrumento de efetivação dos Direitos Fundamentais.

Objetivos Geral

Observar se o Núcleo de Prática Jurídica contribui para a efetivação dos direitos fundamentais da comunidade carente assistida da cidade de Novo Hamburgo.

Objetivos Específicos

- Analisar a capacidade do NPJ no atendimento das demandas jurídicas da comunidade de Novo Hamburgo;
- Destacar o papel estratégico do Núcleo de Prática Jurídica para a efetivação dos Direitos Fundamentais da comunidade carente de Novo Hamburgo;
- Avaliar e quantificar os impactos provocados pelo NPJ, por meio da análise de dados da “Pesquisa De Avaliação Dos Projetos De Extensão Na Área De Direitos Humanos – 2014”.

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho será a pesquisa qualitativa com o enfoque descritivo, pois o foco será compreender o máximo o grupo social atendido pelo NPJ. Para tal utilizar-se-á a pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisa e Planejamento – CPP da Universidade FEEVALE, assim como a análise dos atendimentos jurídicos realizados pelos acadêmicos, bolsistas e voluntários, sob a tutela dos Professores do NPJ.

Resultados

No ano de 2014, foram diretamente beneficiados pelo Projeto 221 pessoas e indiretamente 722, sendo que neste ano mais de 150 novos processos foram propostos, sendo sempre acompanhados pelos Acadêmicos com a supervisão dos Professores. No período analisado estiveram envolvidos no Projeto 370 acadêmicos, 8 professores, 2 bolsista e 8 voluntários. Conforme tabela abaixo, é possível observar que o Projeto obteve êxito na promoção da cidadania na comunidade. Os itens demonstram que as ações do Projeto foram captadas, absorvidas e, efetivamente, contribuíram para o desenvolvimento da comunidade.

Questões de concordância	AJCG
Ampliou as minhas oportunidades de vida	4,38
Capacidade de compartilhar os conhecimentos adquiridos	4,11
Atitudes mais positivas nas minhas relações pessoais	4,16
Capacidade de interagir com as instâncias públicas	3,96
Conhecimento de meus direitos enquanto cidadão	3,96
Conhecimento de meus deveres enquanto cidadão	3,93
Conjunto (média)	4,03

Referências bibliográficas

PESQUISA DE AVALIAÇÃO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO NA ÁREA DE DIREITOS HUMANOS – 2014 – PROACOM – Universidade FEEVALE

¹ Acadêmica do Curso de Direito – 0122121@feevale.br.

² Orientador – jonathanlemons@feevale.br